



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

JUSTIFICATIVA



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

ANEXO 01
JUSTIFICATIVAS

1. FINALIDADE:

Este anexo tem por finalidade apresentar justificativas quanto a necessidade de contratação, e particularidades em função da especificidade dos serviços comuns de engenharia previstas no Termo de Referência e que passam a integrá-lo.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Inicialmente, destaca-se que o Decreto Estadual nº 21.909, de 17 de março de 2023, que dispõe sobre a "*coordenação e a execução de obras públicas e serviços de engenharia necessários ao desenvolvimento do Estado, por órgãos e entidades com capacidade técnica e operacional*". O referido texto normativo reconhece à Secretaria Estadual de Educação a função de "executor" e "coordenador", conforme transcrito:

Art. 2º As obras e serviços de engenharia inseridas nas áreas de atuação elencadas neste artigo têm os seguintes coordenadores:

[...]

XIII - Prédios Públicos: a Secretaria da Infraestrutura, com as seguintes exceções:

- a) Prédios Públicos afetados à Saúde: a Secretaria da Saúde;
- b) Prédios Públicos afetados à Educação: a Secretaria da Educação;
- c) Prédios Públicos afetados à Segurança: a Secretaria da Segurança Pública;

Art. 3º As obras e serviços de engenharia inseridas nas áreas de atuação elencadas neste artigo têm os seguintes executores:

[...]

XIII - Prédios Públicos: Secretaria de Infraestrutura, ficando também autorizada a execução por outros órgãos nas seguintes condições:

- a) Prédios Públicos afetados à Saúde: Secretaria da Saúde;
- b) Prédios Públicos afetados à Educação: Secretaria da Educação;
- c) Prédios Públicos afetados à Segurança: Secretaria da Segurança Pública; (Decreto 21909/2023)

Nessa conjuntura, coube à SEDUC o dever de estabelecer condições necessárias ao pleno funcionamento dos prédios Públicos afetados à Educação e além disso fomentar o desenvolvimento do Estado nas ações relacionadas à Educação.

Além do mencionado, convém evidenciar que, para atingir a meta do plano de governo de universalização da oferta de Educação em tempo integral, as escolas deverão reunir condições necessárias e suficientes para o funcionamento em turno integral. A respeito do Programa Escola em Tempo Integral, o Ministério da Educação (MEC) têm publicado manuais e portarias para apoiar o planejamento e implementação da política.,

Foi exprimido do documento no MEC "guia-alocação-distribuição-matriculas-eficiência-equidade^[1]", o que foi transcrito abaixo:

"Guia alocação - distribuição - equidade - MEC, 2023"

[...]

"A Secretaria de Educação, elabora, planeja e conduz os processos referente a Política de Educação Integral em tempo integral.

Delega à equipe técnica e/ou coordenador (a) específicos para a gestão, o acompanhamento e avaliação da implementação das matrículas de tempo integral junto às escolas.

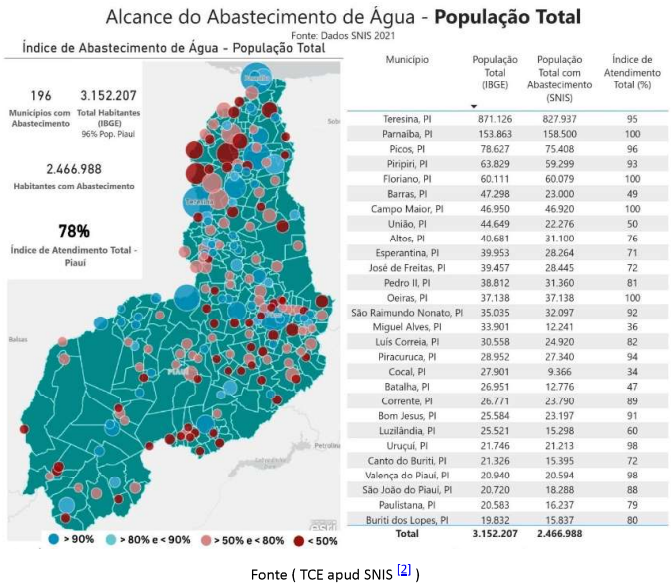
Ademais, compete a execução dos recursos financeiros a partir de diagnósticos e planos de ação junto às escolas com oferta de turmas em tempo integral. A melhoria da infraestrutura escolar, a gestão dos insumos e materiais, a organização do quadro docente, a formação das equipes, entre outros aspectos, são eixos a serem planejados e conduzidos." (destacamos)

O cenário ideal de infraestrutura adequada não se restringe a quantidade de salas de aula, laboratórios e espaços físicos, mas prevê também o provimento de insumos essenciais que permeiam, sobretudo, a oferta de alimentação e água potável, tendo em vista que a falta desta repercute em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Outro ponto importante é que não basta demonstrar possuir forma de oferta de água, mas garantir que a oferta se dê de forma ininterrupta ou que exista meio de compensação para os dias que houver falhas no sistema de abastecimento. Por tal motivo, não satisfaz apenas existir previsão de abastecimento através de concessionária, uma vez que havendo interrupção, seja por manutenção da rede ou por baixa nos reservatórios, a escola sofrerá os transtornos que afetam desde às condições de higiene ao preparo da alimentação.

Outrossim, com a expansão/universalização da oferta de ensino em tempo integral, a demanda por água nas escolas eleva-se de forma exponencial com vistas às 09 (nove) horas de permanência dos alunos e profissionais da educação na escola. A contratação dos serviços e equipamentos para perfuração dos poços e instalação do bombeamento almeja oferecer a oferta de água para o funcionamento das unidades escolares, de modo a estabelecer condições adequadas de higiene, salubridade e bem-estar aos alunos e servidores.

Finalizando a tratativa do ponto, uma infraestrutura de acesso à água adequada contribui para a mitigação dos efeitos da seca em regiões como o Nordeste. Segundo levantamento do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), dados acessados na publicação "LEVANTAMENTO - DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES - EXERCÍCIO 2023 - SECEX/DFINFRA I" do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o alcance do abastecimento de água ainda não se mostra satisfatório em todos os municípios do estado, a figura abaixo demonstra que ainda há municípios com apenas 34% de cobertura via concessionária de água.



Para atender a urgência, a equipe técnica pesquisou soluções disponíveis de captação de água, bem como viáveis dentro do contexto climático e geológico do Piauí. Dentre as soluções encontradas, destaca-se como promissora a perfuração de poços tubulares om equipados e movidos à energia fotovoltaica.

Por fim, dentro do contexto exposto e levando-se em conta as razões de interesse público apresentadas, considera-se necessária a realização de licitação para a contratação de empresa responsável pela execução dos Serviços de Perfuração e Instalação de Equipamentos de Poços Tubulares para as escolas públicas estaduais.

3. MODALIDADE LICITATÓRIA

3.1. Análise - Pregão X Concorrência

A escolha entre Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica para a contratação de perfuração de poços depende da classificação do objeto da licitação, se serviço ou obra. Para o enquadramento do objeto há que se fazer reflexão em torno dos conceitos trazidos pela lei que rege licitações e contratos, jurisprudências e normas técnicas específicas sobre o tema. Em resumo, a escolha da modalidade depende da interpretação da natureza do objeto. Se classificada como serviço comum de engenharia, o Pregão Eletrônico é justificado. Se enquadrada como obra comum, a Concorrência Eletrônica se torna a opção adequada.

Desta forma, os incisos XI e XIII do art. 6º da lei 14.133/2021 trazem, respectivamente, que:

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Embora a lei conceitue tais termos, não há lista taxativa ou exemplificativa atrelada aos conceitos nela expressos. No caso prático é necessário identificar a quais dos conceitos o objeto se enquadra. Dentre os casos semelhantes analisados quando do planejamento setorial SEDUC para perfuração de poços foram utilizadas referências tais quais os editais da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF) e edital de pregão Eletrônico Nº 001/2024 da Secretaria Estadual de Administração do Piauí (SEAD). Nos termos mencionados, há possibilidade de enquadramento do conceito de serviços comuns de engenharia ao objeto de perfuração de poços e mesmo considerar adequada a utilização da modalidade Pregão para contratação do objeto aqui tratado.

Ainda é oportuno salientar que o rito processual de Pregão e Concorrência é equivalente, de modo que a escolha entre uma modalidade ou outra não acarreta prejuízos ao procedimento.

Depois de toda a exposição, convém relatar que a NOTA TÉCNICA IBR 001/2021^[2] do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), publicada em fevereiro de 2022, defende o enquadramento do objeto como "OBRA COMUM", conforme trasncrição do trecho pertinente:

IBR 001/2021:

Apresenta-se, a seguir, um **rol exemplificativo** de obras comuns:

- construção de guias, sarjetas, calçadas e passeios - desde que destinadas apenas ao trânsito de pessoas;
- pavimentação com lajotas ou pisos intertravados, em via implantada;
- obras de recomposição de pavimentação asfáltica em geral;
- edificação de muros de divisa;
- construção de quadras poliesportivas;
- construção de postos e delegacias de polícia;
- construção de pontos de ônibus;
- **execução de poços artesanais**; (NOTA TÉCNICA IBR 001/2021, grifo nosso)

Por fim, apesar de haver precedentes e editais classificando o objeto como 'Serviço Comum de Engenharia', este processo seguirá a orientação do IBRAOP e será reclassificado como '**Obra Comum**'. Consequentemente, todas as peças do processo serão ajustadas para atender aos requisitos da modalidade de **Concorrência Eletrônica**.

4. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

4.1. Concorrência Eletrônica com Sistema de Registro de Preços (SRP).

O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido no inciso XLV do art. 6 da Lei nº 14.133/2021 como sendo o "conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades **pregão** ou **concorrência**, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras", a mesma lei dispõe sobre o instituto dos artigos 82 a 86, e por fim, a nível estadual, é regulamentado pelo Decreto Nº 21.398 de 28 de março de 2023.

Do art. 4 do decreto Estadual 21.938/2023 extrai-se as hipóteses de utilização do SR, conforme segue:

Decreto 21938/2023:

[...]

Art. 4º O SRP será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

Parágrafo único. No caso de contratação de **execução de obras e serviços de engenharia**, o sistema de registro de preços **poderá** ser utilizado desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizado, **sem complexidade técnica e operacional**; e
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado. (Decreto 21.938/2023, **grifo nosso**)

Para o objeto aqui delineado as condições preconizadas no decreto são atendidas, sendo então considerado atrativa a utilização do SRP como forma de promover eficiência e eficácia no atendimento das demandas da Secretaria Estadual de Educação. Sendo ainda justificável a utilização do procedimento licitatório com SRP levando em conta a conveniência administrativa e características do serviço, podendo ser realizado por demanda justificada das escolas, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), inclusive por contar com a possibilidade de haverem necessidade de contratações para outras escolas em momento posterior, até o momento a composição conhecida de demanda é a apresentada.

4.2. Elaboração de Projeto Executivo

Neste contexto, a equipe técnica pondera que a apresentação de licença de operação emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e recursos Naturais - SEMAR/PI somada aos relatórios técnicos entregues em face da solicitação das licenças ambientais pertinentes, nos termos da legislação ambiental vigente pode ser considerada satisfatória para figurar como 'projeto executivo' de perfuração de poços, ressaltando que não compromete a avaliação dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, visto que o SRP possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE - ADJUDICAÇÃO POR ITEM

Considerando o disposto no Art. 11 do Decreto Nº 21.938/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços no estado, o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens é aceitável nos procedimentos licitatórios, conforme abaixo transcrito:

Art. 11. O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 1º O Edital deve expressamente prever a possibilidade de a Administração contratar os itens separadamente, mediante anuência do fornecedor;

§ 2º O Edital deve expressamente prever a possibilidade de a administração contratar os itens remanescentes do grupo, mediante anuência do fornecedor;

§ 3º O Edital deve expressamente prever, quando da elaboração da proposta, que o pretenso fornecedor deve orçar os itens que integram o conjunto separadamente;

§ 4º A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Nessa seara o §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 trás norteadores para serem considerados quanto do estabelecimento da logística e agrupamentos vislumbrados para o atendimento da necessidade da administração pública, quais sejam:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O critério de julgamento de menor preço por lote de itens foi considerado para adoção no presente certame diante da possibilidade de estabelecer ganho em "economia de escala", e, portanto vantajosidade em comparação à contratação isolada por item, ainda sendo preponderante a execução contratual e a escassez de técnicos disponíveis para fiscalização. A estratégia estabelecida busca considerar a distribuição geográfica das unidades escolares.

Demanda oficializada



Representação da demanda formalizada X distribuição geográfica do estado

O agrupamento das demandas utilizando o critério de regionalização foi adotado de modo a estabelecer mecanismo propulsor de condições favoráveis a gerar vantajosidade bem como de atratividade e aumento da incidência de propostas que contemplem economia de escala em função do aumento de objetos da contratação. Cabe mencionar ainda que a(s) empresa(s) vencedora(s) terá(ão) condições de planejar rotas de execução na região onde poderá executar mais de 01 (uma) unidade dos mesmos serviços.

DIVISÃO TERRITORIAL: MESORREGIÕES



As condicionantes de projeto e estimativas guardam proporção com os itens referentes a perfuração e equipamentos necessários à execução satisfatória e ao pleno funcionamento do sistema como um todo.

Assim, apesar da existência de 02 (dois) itens por Lote, há apenas um tipo de serviço (Perfuração e instalação de poço tubular), distinguindo apenas em relação ao revestimento do poço. No caso, são duas classificações: Perfuração e instalação de poço tubular (em variados tipos de rocha) e instalação de equipamentos para bombeamento e sistema fotovoltaico (bomba submersa, reservatório e distribuição). Tal escolha se deve a fatos inerentes à própria execução da obra, sendo que se os mesmos fossem licitados separadamente, poderiam causar prejuízos à Administração Pública e obstáculos na execução do objeto.

A abordagem seguiu ainda a estratégia outrora estabelecida nos pregões da SEDUC-PI, exemplificadamente os certames PE-12/2023 (Manutenção Predial) e PE-27/2023 (Subestações Elétricas), para os referidos foram agrupados os objetos por mesorregião do estado, a escolha administrativa visa fomentar a concorrência do certame considerando as particularidades geográficas e econômicas. É razoável considerar que a locomoção de uma empresa com os equipamentos necessários para uma região, sobretudo as mais longínquas, para execução de mais de 01 (uma) unidade de perfuração de poços mostra-se mais vantajosa o que se reflete na proposta desta, além de aumentar as chances de aproveitamento da mão-de-obra local, podendo ser observado inclusive o estabelecimento de desenvolvimento nacional sustentável - em sua vertente social e econômica.

Nesse viés, toda a execução (do lote) sendo gerida e executada pela mesma empresa, potencializa a economia de escala para administração pública, tem potencial de evitar a perda da agilidade na execução dos serviços, estabelece mecanismos eficientes no gerenciamento dos contratos, pode viabilizar logística favorável a aumentar a vantajosidade e induzir maior participação das empresas aumentando o caráter competitivo da licitação.

Com maior profundidade, o entendimento é de que a associação das intervenções em diversas escolas, como o critério de mesorregião, em um certame licitatório reúne condições atrativas para o mercado visto que a oferta de mais de uma oportunidade de contratação por região está diretamente relacionada com fatores logísticos como o abastecimento de materiais, o planejamento das atividades, o controle e armazenamento de matéria-prima, deslocamento de equipe, entre outros. Dessa forma, entendemos que a escolha ainda pode se demonstrar vantajosa para a administração pública por garantir maior número de interessados e afastar/diminuir casos de licitações desertas e/ou fracassadas.

Para complementar o assunto, a jurisprudência do TCU reforça que não há ilegalidade de agrupamentos para promover uma melhor gestão, conforme segue:

Acórdão 5.260/2011-TCU-1ª Câmara:

[...]

"Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si."

Outro ponto considerado foi de que a decisão acarreta em melhores condições ao gerenciamento dos contratos, gestão essa que vai desde à formalização dos contratos e da necessidade de a administração dispor de servidores para a tramitação das tarefas administrativas para confecção de 41 procedimentos, análise de ao menos 41 propostas e habilitações, formalização dos contratos resultantes, comunicações aos órgãos e plataformas eletrônicas, publicações dos instrumentos, recolhimento e gestão quanto ao envio das garantias individuais, isso tudo levando-se em conta os custos financeiros para tais e o dispêndio em tempo. Reforçado pela decisão abaixo transcrita.

Acórdão 861/2013-TCU Plenário:

"Nessa linha, acrescento que, de fato, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública".

Uma vez formalizados os instrumentos contratuais na quantidade de 46 (quarenta e seis), com quantidade de empresas vencedoras a dificuldade de administração não se findaria pois a contratante haveria de lidar com a execução dos objetos e dividir a disponibilidade do(s) servidor(es) fiscal(is) do(s) contrato(s). Neste ponto cabe um esclarecimento pertinente. Inclusive, atualmente a Secretaria possui em seu quadro de servidores apenas 01 (um) servidor com atribuição legal para fiscalização de contrato desta natureza, uma vez que a regulamentação da Lei n.º 5.194/66, concernente às atribuições profissionais, proposta pelo CONFEA e promulgada na Resolução n.º 218 de 29 de junho de 1973 estabeleceu dentre outros pontos as atribuições dentre os profissionais de engenharia, sendo privativa ao geólogo e/ou engenheiro de minas a prerrogativa para projetar, executar e fiscalizar perfuração de poços.

De modo notório, prossegue-se com o entendimento de que o agrupamento proposto reveste a futura contratação de vantagens sobretudo no aspecto técnico e persegue atendimento aos princípios da eficiência, eficácia, celeridade processual, estabelecendo inclusive possibilidade de acompanhamento/fiscalização setorializada por região, o que encontra fundamento no art. 5º da Lei 14.133/ 2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1947 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Outrossim, em havendo necessidade de acionar garantia de execução do objeto haverá maior transparência sobre qual (is) empresa(s) responde por cada mesorregião do estado. Ainda podendo ser pontuada a possibilidade de economia de escala. Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

Além do raciocínio já estabelecido é interessante elencar que as contratações públicas deverá observar o princípio da lei federal 14.133/21 quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, é sabido que para a execução de perfuração de poços a empresa deve cumprir com a disposição legal para o descarte apropriado dos resíduos sólidos gerados durante os serviços, como já pontuado dentre outros documentos do processo no item 3.8.3. das especificações técnicas (SEI nº 012600248) onde é exposto que:

[...] Ao término da construção do poço, a Contratada deverá promover a recuperação da área eventualmente danificada para a execução da obra (aterro dos tanques de lama, reconstrução de muros, calçamento, etc.)."

Para cumprir com a legislação pertinente a empresa responsável pela retirada dos dejetos deve possuir licenciamento nos órgãos ambientais com vistas ao descarte apropriado do poluente com a possibilidade de os custos do descarte serem distribuídos entre os objetos, o que reforça que estabelecer logísticas de agrupamento por região tem o potencial de estabelecer meios facilitadores para o êxito da contratação e da execução contratual nos mais diversos âmbitos. E, nesse sentido, com o objetivo de atender às questões ambientais e minimizar impactos negativos dessa natureza, todo esforço é válido e essencial.

Da forma explanada, entende-se por cumpridos os requisitos do art. 82, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, bem como Súmula 247 do TCU e correlatas.

Por fim, para todos os efeitos convém reforçar que será observado o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, tais quais serão indicados no edital.

6. MODO DE DISPUTA:

Aberto/fechado, com orçamento público. Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens.

7. REGIME DE EXECUÇÃO:

Empreitada por Preço Unitário. O pagamento será por medições das unidades padrão (un) efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela SEDUC e efetivamente executados pela CONTRATADA. Existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo da profundidade de perfuração dos poços que pode variar consideravelmente de um poço para outro, mesmo que pertençam ao mesmo perfil geológico.

Sobre o tema a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art.46, elenca os regimes de empreitada cabíveis para execução de obras e serviços de engenharia, quais sejam:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Dando seguimento, o § 9º do caput do art. 46 distingue quais serão licitados adotando a sistemática de pagamento por preço global.

Art. 46 [...]

§ 9º Os regimes de execução a que se referem os incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

A referida lei em seu art. 6º, incisos XXVIII e XXIX descreve o que seriam os regimes de empreitada por preço global e empreitada por preço unitário, respectivamente:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

Especificamente sobre os tipos de empreitadas por preço unitário e por preço global, Marçal Justen Filho (*Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 194*) destaca:

“Tanto a empreitada por preço unitário como aquela por preço global apresentam em comum a contratação da execução de uma obra ou serviço, incumbindo ao particular fornecer o trabalho ou o trabalho e materiais, mediante uma remuneração. A distinção entre as figuras envolve, de um modo direto, o critério para a determinação da remuneração do particular.

Na empreitada por preço global, existe um preço global pela obra ou serviço. O licitante obriga-se a executar a obra ou serviço, mediante remuneração calculada como um valor determinado. Já na empreitada por preço unitário, o empreiteiro é contratado para executar o objeto, sendo o preço fixado por preço certo por unidades determinadas. Portanto, a remuneração do particular é obtida pelo somatório dos diferentes itens contemplados numa estimativa de execução.”

A adoção de um ou outro regime deve ser verificada em face das peculiaridades do próprio objeto, pois a empreitada por preço unitário é mais adequada para as situações em que *os quantitativos que compõem o objeto não podem ser previamente definidos com grande precisão*, ao passo que a empreitada *por preço global é utilizada quando houver no projeto uma maior precisão de informações*”. (grifo nosso)

Considerando as características intrínsecas da perfuração de poços, como a imprevisibilidade das condições geológicas do subsolo, a adoção da empreitada por preço unitário se justifica. A dificuldade em quantificar com precisão os volumes a serem escavados, decorrente da natureza do objeto e da impossibilidade de prever todas as variáveis do solo, torna esse regime contratual mais adequado.

8. **PERMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Não será permitida. Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas.

9. **PERMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:**

Não será permitida. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

10. **PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será permitida a subcontratação parcial e/ou total dos serviços do objeto aqui tratado.

11. **VISITA**

Não será obrigatória visita presencial. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, tendo em vista, sobretudo, a natureza padronizável dos serviços e afim de evitar restrição à competitividade das empresas interessadas.

Embora a visita aos locais de prestação dos serviços não seja uma exigência obrigatória, é necessário que os proponentes tenham conhecimento das condições de acesso, distâncias para deslocamento e demais informações relevantes para a execução do objeto e a formulação de suas propostas. Para garantir isso, os proponentes deverão apresentar uma declaração atestando o pleno conhecimento das condições e específicos do objeto a ser contratado.

12. **DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL**

Registra-se que por se tratar de procedimento licitatório com Sistema de Registro de Preços, nos termos do Artigo 17 do Decreto [**Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**](#) "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil". Todavia, os serviços de Futura Contratação guarda compatibilidade com as previsões do Plano Plurianual. No âmbito da Educação o PPA- PI previu ações para garantir investimentos que enquadram o objeto de pretendida contratação^[4]. Vejamos transcrições pertinentes:

Anexo-II-Atributos-das-Acoes-Orcamentarias.pdf:

5110 - EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESTA AÇÃO CONTEMPLA UMA GAMA DE **PAGAMENTOS DE SERVIÇOS E OBRAS RELACIONADOS COM A AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS DO ENSINO BÁSICO, COM VISTAS A UNIVERSALIZAR O TEMPO INTEGRAL**, MECANISMO IMPORTANTE DE MELHORIA DO ACESSO, DA PERMANÊNCIA E DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE. ESTA AÇÃO FAVORECE O ALCANCE DOS OBJETIVOS 1 E 2 DO PROGRAMA 0102.

[...]

14102 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

[...]

6247 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (grifo nosso)

13. **DESAPROPRIAÇÃO:**

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

14. **GARANTIA DO OBJETO:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. A empresa contratada para execução responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

15. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (CAUÇÃO):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, no valor de 05 % (cinco por cento) do valor do contrato.

16. **APROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**

Aprovado pela autoridade competente no SEDUC Termo De Aprovação e Autorização ID SEI SEDUC Termo De Aprovação e Autorização P.B.-UGERF SEDUC-PI/SUPEG/UGERF (SEI nº 015102749).

17. **LICENÇA AMBIENTAL**

Foi previsto em planilha orçamentária a regularização ambiental para realização dos serviços de perfuração de poços, conforme a legislação vigente no órgão competente do estado.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento. Abaixo são detalhados critérios mínimos.

18.1. Técnico-operacional:

Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com se seguintes quantidades mínimas:

GRUPO 01: Serviços e Quantidades mínimas			
Item	Discriminação	Quantidade	Unidade de Medida
01	Perfuração de poço tubular parcialmente revestido (poço do tipo sedimentar)	01	Unidade

GRUPO 02: Serviços e Quantidades mínimas			
Item	Discriminação	Quantidade	Unidade de Medida
01	Perfuração de poço tubular revestido (poço do tipo cristalino/metassedimento alterado)	01	Unidade

GRUPO 03: Serviços e Quantidades mínimas			
Item	Discriminação	Quantidade	Unidade de Medida
01	Perfuração de poço tubular revestido (poço do tipo sedimentar)	17	Unidade

GRUPO 04: Serviços e Quantidades mínimas			
Item	Discriminação	Quantidade	Unidade de Medida
01	Perfuração de poço tubular revestido (poço do tipo sedimentar, cristalino ou metassedimento alterado)	04	Unidade

18.2. Qualificação Técnico-Profissional:

Comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista no Edital, **profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo conselho de classe competente - CONFEA/CREA ou CAU** , detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA ou CAU) da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) correspondente(s) Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: nome do emissor do atestado, indicação do endereço, do CNPJ, descrição dos serviços executados, quantidade, valor, local e período execução.

A previsão de qualificação técnica é embasada principalmente na necessidade de garantir que as empresas contratadas possuam capacidade técnica adequada para realizar o serviço de forma eficiente e segura. Isso envolve verificar se as empresas têm experiência prévia na área, se possuem equipe técnica qualificada, se utilizam equipamentos adequados e se seguem as normas e regulamentos vigentes para a perfuração e operação de poços. Essa qualificação técnica é fundamental para assegurar a qualidade dos serviços prestados e a segurança das operações, especialmente em um setor tão crítico como o de perfuração de poços. Com efeito, a salvaguarda do interesse público impõe tanto a comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa quanto a qualificação profissional do responsável técnico, sob pena de vulneração do cumprimento do objeto do contrato. A exigência da comprovação de capacidade técnico-operacional tem sentido de obter a demonstração que a licitante possui experiência na execução de serviços similares, devendo a Administração, de forma discricionária, fixar os critérios que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, com dispositivos que busquem resguardá-la de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.


Além do mencionado anteriormente, a empresa licitante deve comprovar uma equipe técnica composta por profissionais de nível superior, que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços em nome da empresa licitante. O número mínimo de profissionais exigido é:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1.0	PESSOAL TÉCNICO		
1.1	Engenheiro Civil	UND	01
1.2	Geólogo ou Engenheiro de Minas	UND	01
1.3	Engenheiro Eletricista e/ou técnico Eletricista	UND	01

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Felipe Thiago Neres de Sousa Sena
Engenheiro de Minas

[1] <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/guia-alocacao-distribuicao-matriculas-eficiencia-equidade.pdf>
[2] <https://www.tcepi.tc.br/tce-piaui-apresenta-levantamento-sobre-o-abastecimento-de-agua-nos-municipios/>
[3] https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Nota-Tecnica-IBR-001_2021_obra-comum-e-especial-final.pdf
[4] <https://www.seplan.pi.gov.br/documentos-oficiais/ppa/#93-93-wpfd-ppa-p2>



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE THIAGO NERES DE SOUSA SENA - Matr.1308802**, Geólogo, em 26/11/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **015553613** e o código CRC **2101A7CC**.